

A DESIGUALDADE NA ESCOLA E O MITO DA INCLUSÃO

Paula Miziara Verlaet

Na inserção ao ambiente escolar, é impossível deixar de notar diversas desigualdades e processos de exclusão que perpassam diferentes níveis, sejam eles relacionados a questões econômicas e sociais ou a questões de características individuais. Nesse sentido, chama-se atenção para as escolas que se dizem inclusivas. Colocando o holofote nessas escolas, parece que quanto mais inclusivas estas se dizem, mais excludentes são na realidade, uma vez que, ao exibirem sua inclusividade, acabam por reforçar as diferenças e colocar o “incluído” separado dos demais.

Diante disso, questiona-se acerca do modo como essa “inclusão” escolar se associa com a manutenção de desigualdades na escola. Ainda, indaga-se em que medida a não exclusão, em oposição à inclusão escolar, da maneira na qual ocorre atualmente, é capaz de promover mudanças significativas no sentido de minimizar a exclusão e a desigualdade no âmbito escolar.

A história da escola, desde seus primórdios, é marcada pela exclusão e desigualdade. Brandão (2002), ao fazer um histórico da educação escolar e formal, mostra que o saber comum, que costumava ser compartilhado dentro de todas as comunidades, começou a ser distribuído de forma desigual, em consequência do surgimento de hierarquias sociais. Nesse contexto, surgiu a escola e o conhecimento passou a ter um uso político de reforçamento da diferença. Essencialmente, isso significou que o conhecimento de cada um passou a depender de sua posição social no grupo (BRANDÃO, 2002). Essa distribuição desigual do conhecimento se perpetua na atualidade de uma forma velada, disfarçada dentro de uma mentalidade de inclusão no ambiente escolar, que falha em reconhecer os privilégios de determinados grupos.

Dessa forma, a educação escolar contribui para a separação social das pessoas ao criar desigualdades que são tanto um reflexo da sociedade quanto são refletidas nela. No caso do Brasil, por exemplo, a realidade da educação não condiz com que está previsto na lei. A legislação brasileira afirma que a educação é um direito de todos os cidadãos e que deve ensinar a condenação de desigualdades e preconceitos, prezando pelo respeito à dignidade e às liberdades fundamentais de todos. A realidade é que a desigualdade entre os brasileiros é fortemente presente, e a educação não tem contribuído para a conquista da liberdade, ao contrário, tem promovido a manutenção de uma estrutura classista no país (BRANDÃO, 2002).

Isso acontece porque a educação escolar, na atualidade, está atrelada a interesses políticos e econômicos que vão além da instrução da sociedade. A educação acaba por se

transformar em um instrumento político de controle, em decorrência da capitalização do conhecimento e da transformação do saber em mercadoria. Tudo isso implica a ocultação dos reais interesses de quem controla a educação por trás de pretensões de que a escola está disponível para todos, quando na realidade, serve apenas a alguns determinados grupos (BRANDÃO, 2002). Essa visão economicista da educação e da escola agrava ainda mais a desigualdade.

Illich (1985) chama atenção para o fato de que, independentemente de diferenças, sejam individuais, sociais ou econômicas, todos dependem igualmente da instituição escolar. Essa é a consequência do fato de, atualmente, a educação formal, conquistada através da escola, ser obrigatória por lei e ser considerada como a única forma de se adquirir saber legítimo capaz de contribuir para o futuro e o sucesso profissional dos indivíduos. Assim, toda a sociedade acaba completamente dependente da escola para a obtenção de conhecimento.

Tal fato se torna um problema quando a instituição escolar se recusa a promover mudanças reais para sanar o privilégio de alguns grupos, e quando as suas tentativas de nivelar todos aqueles que usufruem de seus serviços, como forma de promover a igualdade, acabam por alimentar a desigualdade e aumentar a discriminação dentro da escola. Nesse sentido, é preciso reconhecer que depender de forma exclusiva da escola para aprender costuma colocar aqueles de menor poder aquisitivo, que não possuem outras oportunidades, em desvantagem quando comparados com outros mais ricos. Isso mostra que, apesar da intenção inicial da escola de igualar oportunidades, ela acabou por criar um monopólio do conhecimento e tornar a sociedade sua dependente (ILLICH, 1985). Esse monopólio ganha força uma vez que, atualmente, o conhecimento é considerado como essencial para que se tenha qualidade de vida (TUNES, 2011).

Em um contexto de crescentes desigualdades sociais e econômicas, a discussão da inclusão escolar tem ganhado força na sociedade brasileira. Tendo em vista esse movimento pela inclusão e a obrigatoriedade do ensino escolar determinada por lei falada anteriormente, percebe-se que uma promessa de inclusão escolar alimenta a expectativa de que o ensino formal, promovido pela instituição escolar, seja o caminho para a obtenção de sucesso profissional e social. No entanto, a escola tende a falhar ao não corresponder com essa expectativa, resultando na exclusão escolar. A partir disso é possível notar que a tentativa de inclusão, da forma como ocorre agora, acaba por gerar mecanismos de exclusão que são aceitos e conservados pela sociedade (TUNES, 2011). Esses processos ganham força em um contexto no qual a escola é ligada à capacidade de ascender socialmente.

Essas reflexões permitem a chegada à algumas conclusões. Primeiro, que o monopólio do conhecimento pela escola contribui para a persistência de mecanismos de exclusão, ou seja, a escola, ao ser vista como a principal forma de se obter sucesso na vida, consolida seu papel como instituição que exclui. Ainda que a exclusão escolar, sendo a escola um ambiente social que não pode ser separado da sociedade, não se limita ao âmbito escolar, ela possui impactos sociais significativos. Por fim, que a inclusão, em uma instituição como a escola, que possui o monopólio do conhecimento, é danosa e perpetua a exclusão (TUNES, 2011). Diante disso, percebe-se que confiar na inclusão escolar, sem refletir sobre os mecanismos excludentes que estão por trás dela, é um caminho que não proporciona mudanças reais nas relações em sociedade nem tampouco reduz a desigualdade e a exclusão nas escolas.

Dessa forma, é válido destacar que, alimentando o processo de exclusão nas escolas, que ocorre de diferentes formas, existe um processo de busca por uma padronização que estabelece um modelo ideal a ser seguido e exclui aqueles que não cabem nesse modelo por algum motivo. O padrão, representado por esse modelo, é influenciado e construído por uma sociedade que rejeita tudo que é diferente ou considerado defeituoso, o que vai legitimar mecanismos de exclusão. Essa é uma realidade social que está refletida dentro da escola, uma vez que é estipulado que a educação formal deve fazer parte da obtenção de sucesso profissional. Uma consequência disso é que o fracasso em seguir o padrão vai ser visto como um reflexo da incapacidade do aluno e não como uma falha de uma estrutura escolar que desconsidera a diversidade (TUNES, 2011).

Considerando essa busca pela padronização, identifica-se por trás da pretensão de inclusão daqueles considerados diferentes, a tentativa de tornar todos na escola iguais, acabando com as diferenças. Assim, a exclusão escolar continua acontecendo, uma vez que existem mecanismos de exclusão que acabam por ser perpetuados, dentro e fora da escola, por uma tentativa falha de inclusão, que, na verdade, exclui (TUNES, 2011). Percebe-se, então, a necessidade de fazer mudanças na forma como lidamos com as diferenças, para que sejam feitos progressos reais na minimização da exclusão e na redução das desigualdades no ambiente escolar.

Nesse sentido, propõe-se a ideia da não-exclusão, em oposição à inclusão escolar. Do modo como acontece na contemporaneidade, ela possui uma lógica excludente que, em sua busca por acabar com a diferença, agrava as desigualdades; a não-exclusão, no entanto, permite a celebração da diversidade e das diferenças individuais de cada, uma vez que é capaz de promover uma mentalidade que se afasta da padronização. Aceita-se então a diversidade como inerente à realidade humana e essencial para o rompimento de mecanismos de exclusão. Assim,

a não-exclusão parece ser o começo de um novo caminhar no sentido de minimizar desigualdades e reduzir a exclusão nas escolas.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

ILLICH, I. **Sociedade sem Escolas**. Petrópolis: Vozes, 1985.

TUNES, E; PEDROSA, L.P.. O silêncio ou a profanação do outro. In: TUNES, E. (Org.). **Sem escola, sem documento**. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.